



CIDADE E MUNDOS RURAIS

TAVIRA E AS SOCIEDADES AGRÁRIAS

**CIDADE
E MUNDOS
RURAIS**

TAVIRA E AS SOCIEDADES AGRÁRIAS

FICHA TÉCNICA

Museu Municipal de Tavira

Palácio da Galeria

Director

Jorge Queiroz

Museologia, Investigação do Território

Célia Teixeira e Marta Santos (Arquitectura)

Daniel Santana e Rita Manteigas (História de Arte)

Marco Lopes (História)

Arqueologia

Jaquelina Covaneiro e Sandra Cavaco (Arqueologia)

Ana Sofia Vieira, Celso Candeias e Susana Gonçalves (Técnicos de Arqueologia)

Produção Expositiva

Ana Miguens (Historia)

Conservação, Restauro e Coleções

Ângela Zacarias e Leonor Esteban (Conservação e Restauro)

Serviço Educativo

Luisa Ricardo (Antropologia), Patrícia Gonçalves (Artes Visuais)

Centro de Documentação

Cristina Bernardo (B.A.D.)

Auxiliares de Museografia

Carlos Pires, José Fernandes, José Gregório e José Neves

EXPOSIÇÃO

Comissariado científico

Jorge Queiroz, Marta Santos

Produção expositiva

Ana Miguéns

Serviço Educativo

Luísa Ricardo, Patrícia Gonçalves

Museografia

Nerve Atelier de Design

Multimédia

Alberto Corvo, Nerve Atelier de Design

Filmes

Cinamateca Portuguesa – Museu do Cinema

Documentário

Jorge de Sá

Registos fílmicos

Fábio Palma, José Lima Ferreira, Marta Santos

Registos sonoros

José da Cunha Duarte, Marta Santos, Rui Moura Jerónimo

Traduções

José Flores Brasil, José León Acosta Carrillo

Conservação, restauro e preparação das peças

Ana Sofia Vieira, Ângela Zacarias, Celso Candeias, Jaquelina Covaneiro, Leonor Esteban, Mais Restauro, Sandra Cavaco, Susana Gonçalves

Pesquisa Documental

Alexandra Rufino (Santa Casa da Misericórdia de Tavira)

Emanuel Sancho (Museu do Trajo de São Brás de Alportel)

Isabel Salvado, Óscar Caeiro Pinto (Arquivo Municipal de Tavira)

Auxiliares de Museografia

Carlos Pires, José Fernandes, José Gregório, José Neves

Montagem

CMT / Departamento de Desporto, Ambiente, Mobilidade e Equipamentos, Nerve Atelier de Design

Transportes

CMT / Departamento de Desporto, Ambiente, Mobilidade e Equipamentos

Seguros

Companhia de Seguros Allianz Portugal S.A.

CATÁLOGO

Coordenação

Jorge Queiroz, Marta Santos

Artigos

Ahmed Tahiri, Alberto Corvo, Carminda Cavaco, Catarina Almeida Marado, João Vieira Caldas, Jorge Queiroz, Luís Moreno, Miguel Reimão Costa, Rita Manteigas, Rui Moura Jerónimo

Catálogo

Ahmed Tahiri [AT], Alberto Corvo [AC], Alexandra Rufino [AR], António Xavier [AX], Cláudia Silveira [CS], Daniel Santana [DS], Florian Fuhrmann [FF], Hugo Xavier [HX], Isabel Salvado [IS], Jaqueline Covaneiro [JC], João Vieira Caldas [JVC], Jorge Queiroz [JQ], José Cunha Duarte [JCD], Luís Gameiro [LG], Marta Santos [MS], Miguel Reimão Costa [MRC], Óscar Caeiro Pinto [OP], Rita Manteigas [RM], Rui Moura Jerónimo [RMJ], Sandra Cavaco [SC]

Design Gráfico

Nerve Atelier de Design

Impressão

António Coelho Dias, S.A.

Depósito Legal

311 837/10

ISBN

978-972-8705-38-1

Tragem

1000 Exemplares

Fotografias

Alberto Corvo, Ana Cristina Jesus Cruz, Arquivo Municipal de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, Catarina Almeida Marado, Catarina Oliveira, Fátima Zahara, Gtaa Sotavento, João Vieira Caldas, Jorge Corte Real, Jorge Murteira, Lúcio Alves, Margarida Santos, Maria da Conceição Guiomar José, Maria do Rosário Afonso Cavaco, Maria Manuela Andrade Martins, Marta Santos, Miguel Godinho, Miguel Reimão Costa, Museu do Trajo de São Brás de Alportel, Nerve Atelier de Design, Rancho Folclórico da Luz de Tavira, Rita Manteigas, Stefano Malobbia, Tipografia Tavirense, Valter Matias.

Digitalizações

Arquivo da Câmara Municipal de Tavira, Arquivo Digital de Cartografia Urbana ISCTEC, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Rabat – Marrocos, Direcção – Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, Direcção-Geral de Arquivos, Entidade da Região de Turismo do Algarve, Estação Agrária de Tavira, Instituto Geográfico Português, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Ministério da Agricultura, Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Secretaria – Geral do Ministério da Agricultura, Sociedade de Geografia de Lisboa.

Agradecimentos

Arquivo Digital de Cartografia Urbana ISCTEC, Associação de Artes e Sabores de Tavira, Associação In Loco, Biblioteca Nacional de Portugal, Biblioteca Nacional Rabat – Marrocos, Casa do Povo da Luz de Tavira, Casa do Povo de Santo Estevão, Centro de Estudos Geográficos, Centro Paroquial de Cachopo, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Comissão de Coordenação e desenvolvimento Regional do Algarve, Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Direcção – Geral de Arquivos, Direcção Regional da Agricultura e Pescas do Algarve, Entidade Regional do Turismo do Algarve, Estação Agrária de Tavira, Fundação Hispano – Marroquina Al-Idrisi, Grupo Musical de Santa Maria, Instituto Geográfico do Exército Português, Instituto Geográfico Português, Junta de Freguesia da Luz de Tavira, Junta de Freguesia de Cachopo, Junta de Freguesia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Junta de Freguesia de Santa Luzia, Junta de Freguesia de Santa Maria, Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Ministério da Agricultura, Museu da Cidade – Câmara Municipal de Lisboa, Museu da Música Portuguesa, Museu do Trabalho Michel Giacometti, Museu do Trajo de São Brás de Alportel, “Museu Vivo”, Núcleo Museológico de Cachopo, Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Tavira, Paróquia de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Paróquia de Santa Maria de Tavira, Paróquia de São Brás de Alportel, Santa Casa da Misericórdia de Tavira, Secretaria – Geral do Ministério da Agricultura, Sociedade de Geografia de Lisboa.

Agradece-se ainda a

Adelaide Palmilha Martins, Albino Martins, Ana Cristina Cruz, Anabela Rosa, António Domingos, Aurete Pereira, Beatriz Inácia, Bernardino Matos, Conceição Correia, Conceição Simões, Custódio Campos, Délio Lopes, Emanuel Sancho, Emília Correia, Fábio Palma, Fernando Costa, Gertrude Rosado, Helena Grego, Helena Leiria, Hermínio Guerreiro, Isabel Lopes Palmilha, Isabel Victor, Joaquim Correia, Joaquina Feijão, Jorge Murteira, José Lopes, Luís Aires-Barros, Luís Madeira, Luísa Correia, Luísa Maria dos Ramos, Manuel Simão, Manuela Andrade Martins, Manuela Martins, Maria dos Anjos, Maria da Conceição José, Maria do Rosário Cavaco Afonso, Maria do Rosário Martins, Maria Ilária da Conceição, Maria João Monteiro, Maria José Fernandes, Maria José Rita, Natália do Carmo Correia, Nuno Branco, Nuno Guiomar, Otilia Cardoso, Otilia Cardeira, P.e Afonso da Cunha Duarte, P.e Dinis Faísca, P.e Joaquim Correia, P.e José da Cunha Duarte, Paulo Estrela, Paulo Tremoceiro, Renato Vieira de Abreu, Rui Parreira, Rui Salve Rainha, Salomé Gonçalves, Sara Moreira, Sezaltina Sousa, Teresa Cunha, Teresa Monteiro, Tolentina Pereira, Ventura Fernandes.

© Câmara Municipal de Tavira, 2010





ÍNDICE

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAVIRA	11
Jorge Botelho	
APRESENTAÇÃO	12
Jorge Queiroz	
ARTIGOS	
TRANSFORMAÇÕES DO TERRITÓRIO	
Tavira, território rural a olhar o mar	17
Alberto Corvo	
Tavira nos tempos de al-Ândalus: a dinâmica cidade-campo	35
Ahmed Tahiri	
ARQUITECTURAS DO BARROCAL E DA SERRA	
Verdade e ficção acerca da casa rural vernácula do Baixo Algarve	49
João Vieira Caldas	
Os montes da serra de Tavira	64
Miguel Reimão Costa	
ECONOMIAS AGRÁRIAS	
Paisagens rurais no concelho de Tavira: da diversidade natural e fundiária às dinâmicas económicas	83
Carmina Cavaco	
O RURAL NA CIDADE	
Tavira: apontamentos para as relações com a periferia rural e vestígios da ruralidade na cidade	97
Rita Manteigas	
A cidade, os conventos e as suas hortas	106
Catarina Almeida Marado	
SONORIDADES	
Charolas, a invenção da tradição	119
Rui Moura Jerónimo	
RITUAIS E FESTIVIDADES	
Imaginários e construção social das festividades	129
Jorge Queiroz	
ALTERAÇÕES NO MUNDO RURAL	
Desenvolvimento local em meio rural e a construção de novas territorialidades	141
Luís Moreno	
CATÁLOGO	152
BIBLIOGRAFIA	243
CRÉDITOS	263

Os montes da serra de Tavira

Miguel Reimão Costa, arquitecto*

Os ‘mundos rurais’ de Tavira correspondem em grande medida às vertentes da Serra que, apertando o Barrocal, se aproximam aqui consideravelmente da orla costeira. Em menos de uma hora de caminho de pé posto, estaria o viandante saído da cidade a subir as primeiras faldas destas serranias que tomariam depois quase uma jornada para serem atravessadas, para norte, até ao limite concelhio com as terras de Alcoutim (fig.1). Por serra de Tavira poderemos hoje entender a área de montanha integrada no perímetro actual do concelho de Tavira que compreende, para além da freguesia de Cachopo, parte das freguesias de Santa Catarina da Fonte do Bispo, Santo Estêvão, Santa Maria e Conceição. Mas na realidade, e como adiante se verá, a serra de Tavira constitui também uma subunidade territorial com características próprias que tanto é legível à luz de critérios biofísicos, configurando deste modo um perímetro menos preciso, como remete para uma história particular de ocupação do território, relativamente à qual se deverá considerar necessariamente o limite do termo de Tavira ao tempo do Antigo Regime antes das alterações inerentes às reformas administrativas liberais.

Independentemente do perímetro que se reconheça na delimitação desta subunidade, a sua caracterização ocorrerá sempre a partir da integração na unidade maior da Serra que, entre o Baixo Alentejo e o Baixo Algarve, estende os cerros de xistos e grauaques do Maciço Antigo desde o Atlântico ao Guadiana. A Serra algarvia, como é comumente designada, alarga-se também às vertentes de São Barnabé, já na província alentejana, podendo integrar ainda, segundo diferentes critérios, as serranias que, para noroeste, envolvem Santana da Serra quase até Santa Clara-a-Velha¹. É possível delimitar no interior desta serra diferentes subunidades de paisagem – para além de um primeiro nível de diferenciação entre Caldeirão, Monchique e Espinhaço de Cão – distinguindo, a oriente, a serra de Tavira entre o Baixo Guadiana e a serra alta do Caldeirão, relevando, a ocidente, os limites entre o afloramento sienítico de Monchique, a vertente sul, a vertente norte e as serras atlânticas ou, ainda, diferenciando no Baixo Alentejo as serras de São Barnabé e Santana da Serra.

De qualquer modo, a portela que entre São Marcos da Serra e São Bartolomeu de Messines estabelece o limite entre a serra do Caldeirão e a serra de Monchique, acabará por se constituir como transição entre

The “Montes” of the hilly region of Tavira

The human occupation of the Tavira ridge is characterised by a network of small agglomerations of buildings (known as ‘montes’) belonging to the proprietors of lands around them. This way of organising places is, by and large, extensive to an important area of the schist mountains that stretch from Alentejo to Algarve, from the Guadiana river to the Atlantic Ocean.

However, within the scope of that larger entity, the Tavira ridge appears as a sub-unit with traits of its own, which may be attributed not only to biophysical conditions, but also to the historical circumstances associated to the settlement of the territory. This particular ridge, which was confined to the perimeter of the Tavira municipality during the days of the Old Regime, has been more densely populated, due to its lack of interior hierarchisation, unlike what happens in neighbouring sub-units, both in terms of agglomeration sizes and of the property system itself. The traditional architecture of these areas was usually reduced to the bare essentials, reflecting the adverse conditions that generally surrounded the local economies. As can easily be gleaned from the plans shown here, the groupings of edifices that define the ridge’s settlement are largely characterised by the aggregation of buildings belonging to various owners, often intent on achieving a prominent position in the landscape.

* Professor auxiliar e investigador da Universidade do Algarve (CEAUCP – CAM)

dois padrões distintos de povoamento. O monte, entendido enquanto unidade base de ocupação, adquire características dissemelhantes naquelas áreas: a oriente, no Caldeirão, corresponderá a um pequeno aglomerado que, especialmente nas zonas mais aplanadas, poderá contar com algumas dezenas de fogos; a ocidente, manter-se-á, quase sempre, enquanto unidade isolada, cessando o padrão dos pequenos aglomerados que dará lugar, entre extensas áreas livres de edificação, a diversas formas de dispersão (entre as quais se poderia distinguir, pela sua densidade, a que caracteriza o afloramento sienítico e a vertente sul de Monchique)².

O contraste de povoamento registado entre as serras a ocidente e a oriente traduz as diferentes condições que distinguem a ocupação daquelas duas unidades durante o Antigo Regime e após as iniciativas régias do período tardo-medieval e da transição para o período moderno que, em vão, procuraram atrair novos moradores a uma serra subpovoada. De facto, o lento mas efectivo aumento demográfico que a serra do Caldeirão assistirá a partir de então, associado, em muitos casos, ao crescimento do número de fogos por assentamento, não terá a mesma expressão a Barlavento onde, se excluirmos as terras mais ricas de Monchique, as áreas serranas tenderão a manter as mesmas baixas densidades demográficas³.

1. A arquitectura da Serra do Atlântico ao Guadiana

Pese embora as dissemelhanças que, a nível do povoamento, possam distinguir diferentes áreas da Serra, alguns dos tópicos fundamentais de descrição da arquitectura tradicional acabarão ali por se manter genericamente nos diversos assentamentos. Poderíamos distinguir entre estes (numa primeira aproximação que não releve a dimensão diacrónica desta arquitectura) a prevalência das edificações com cobertura de uma água⁴, a sua pose atarracada⁵, a importância

¹ De acordo com a delimitação das unidades de paisagem proposta em estudo levado a cabo pelo Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico da Universidade de Évora, a serra do Caldeirão integraria também a *serra de Odemira*, constituindo uma subunidade integrada nas “Serras do Algarve e do Litoral Alentejano”: Alexandre Cancela d’Abreu, Teresa Pinto Correia e Rosário Oliveira (coord.), “Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume V”. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004, pp. 173-178.

² Considerem-se os diferentes tipos de povoamento delimitados por Mariano Feio nas serras a Barlavento: Mariano Feio, “Le Bas Alentejo et l’Algarve”. Évora: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983, Carte V, “Répartition des types d’habitat”.

³ Ver a este propósito, Joaquim Romero Magalhães, “O Algarve económico. 1600-1773”. Lisboa: Estampa, 1993, pp. 116-118.

⁴ Orlando Ribeiro, “Geografia e civilização – Temas Portugueses”. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992, p. 63.

⁵ Mariana Amélia Machado Santos, “O Barranco do Velho - tentativa de estudo duma pequena região portuguesa”, Separata da Revista Biblos. Coimbra: Coimbra Editora. Volume VIII. Nº 1-4 (1932), p. 17.

Fig.1 Serra de Tavira em redor de Pedralva



do processo de gradual justaposição de construções⁶ ou o exíguo número de vãos restringido, muitas vezes, à porta de entrada⁷. A descrição da casa da Serra será organizada, em diferentes abordagens, por contraposição à casa do *Algarve*, reconhecendo, especialmente, o seu carácter mais despojado ou severo⁸ associado, por vezes, à menor expressão de alguns dos elementos mais comuns e valorizados na arquitectura da orla meridional, como sejam a platibanda, a açoteia ou a chaminé rendilhada⁹ e até mesmo os revestimentos de cal¹⁰. Tomar-se-ão, neste caso, como referência da arquitectura do Baixo Algarve, os modelos então mais conhecidos e divulgados que, na realidade, correspondem a um período bem demarcado que se prolonga desde finais do século XIX ao terceiro quartel do século XX, não levando em linha de conta a diversidade tipo-morfológica decorrente do próprio processo histórico. Privilegia-se, assim, no confronto entre os conjuntos edificados da Serra e do Algarve, a fisionomia de diferentes edificações, reconhecendo a importância das casas de fachada que, implantadas ao longo das vias ou dispersas na paisagem, se difundiam então de forma expressiva, especialmente no Baixo Algarve. Nalguns casos, juntar-se-á, no entanto, a estes tópicos, a própria caracterização do ambiente interno ou a organização do espaço doméstico, experimentando, pontualmente as semelhanças entre a arquitectura das duas zonas¹¹.

Ao nível da organização dos espaços e ao nível morfológico, far-se-á recorrentemente referência, na descrição da arquitectura da Serra, à relevância do processo de adição progressiva de construções na conformação dos conjuntos edificados, relevando a organização da habitação em diferentes níveis de pavimento ou a composição dos diversos planos de cobertura inclinada¹². Este processo aditivo de construção do monte acabará por se confirmar como uma das características fundamentais desta arquitectura, traduzindo-se nas plantas dos diversos assentamentos em composições não seriais de células que adquirem, em cada caso, dimensões e topologias próprias. Na realidade, antes da generalização da casa de fachada com cobertura de duas águas simétricas¹³ de planta rectangular que renuncia claramente a este princípio, muitos dos conjuntos do Baixo Algarve eram caracterizados por um processo idêntico de justaposição de diversos corpos

edificados, mais ou menos evidente através do seu perímetro irregular ou dos diferentes planos de cobertura. Este processo adquirirá particular relevância num período que se estende da segunda metade do século XIX às primeiras décadas do século XX, quando se generalizam as coberturas planas em abóbada ou sobre dormentes que, nalguns conjuntos, poderão aparecer associadas aos sistemas até então mais correntes como os telhados de uma ou duas águas ou até os telhados de tesouro¹⁴. Por comparação à diversidade de sistemas de cobertura que marcava então a arquitectura do Baixo Algarve (com evidentes repercussões ao nível das geometrias e dimensões dos diferentes espaços), a combinação de construções na Serra compreende um leque bem mais restrito de soluções confinado às coberturas prevalecentes de uma água e às coberturas de duas águas com pau de fileira que, em muitos casos, adquirirão especial relevância num primeiro tempo de construção destes conjuntos edificados¹⁵. O que neste contexto acabará por distinguir os montes da Serra e, especialmente, os montes da serra do Caldeirão – marcada, como vimos, pelo povoamento dos pequenos aglomerados – é o modo como o processo de sucessiva agregação de células marcará, não apenas o crescimento de uma determinada habitação mas a relação entre as habitações de diferentes proprietários, conformando uma estrutura intrincada que se poderá estender a todo o aglomerado.

Os montes da serra de Tavira, para nos reportarmos agora ao objecto específico deste artigo, corresponderão quase sempre a esta organização, sendo formados por diferentes conjuntos edificados onde se juntam ou juntavam as habitações dos diferentes proprietários das pequenas explorações disseminadas em seu redor. Na maior parte dos casos, estas habitações eram constituídas por quatro ou cinco compartimentos, entre os espaços da habitação e as dependências agrícolas, que por vezes se combinavam numa mesma unidade mas que muito frequentemente se dispersavam em diferentes conjuntos edificados. De um modo geral, estas moradas acabavam por adquirir dimensões exíguas, especialmente quando considerámos o número de habitantes que albergavam, pelo que, frequentemente, acabavam por transbordar para o exterior, tomando especialmente o espaço de frente da casa

de fora marcado pela presença do poial e do forno de pão (fig. 2), ao mesmo tempo que certas dependências (como, por exemplo, os palheiros) serviam frequentemente como espaços de dormir.

Considerados num espaço territorial mais vasto que compreenda as regiões vizinhas do Baixo Alentejo e do Baixo Algarve, os montes serranos corresponderão a uma arquitectura tradicional de poucas variantes quase sempre legível a partir dos mesmos modelos interpretativos. Esta condição poderá, antes de mais, ser entendida a partir de um quadro mais subtil de contrastes que a nível das economias tradicionais, do tecido social local ou do próprio povoamento (entendido a partir da hierarquização dos aglomerados), distingue a área serrana das unidades geográficas mais próximas. Descrita, em diferentes momentos da sua história, enquanto paisagem de esteva, a Serra aparecerá quase sempre associada a padrões de ocupação assentes em pequenas comunidades, incapaz de suportar o desenvolvimento de aglomerados de dimensão considerável. Deste modo, no âmbito do estudo do património construído serrano, não se poderá registar, como nas regiões contíguas, o contraste entre as tipologias rurais e as tipologias

⁶ Orlando Ribeiro, "Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas". 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998, p. 94; Cristiana Bastos, "Os montes do Nordeste Algarvio". Lisboa: Cosmos, 1993, p. 153.

⁷ Francisco Keil do Amaral [et al.], "Arquitectura Popular em Portugal". Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961, vol. 2, pp. 331-332.

⁸ Dan Stanislawski, "Portugal's other kingdom: The Algarve". Texas: University of Texas Press, 1963, p. 44.

⁹ Ernesto Veiga de Oliveira e Fernando Galhano, "Arquitectura tradicional portuguesa". Lisboa: Dom Quixote, 1994, pp. 170-171; Dan Stanislawski, Ob. cit., pp. 47, 217.

¹⁰ Manuel Viegas Guerreiro, "Uma excursão à serra do Algarve". Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1991, p. 8.

¹¹ Dan Stanislawski, Ob. cit., p. 44.

¹² Considere-se, por exemplo, a caracterização destes conjuntos constante no Inquérito à Arquitectura regional Portuguesa: Francisco Keil do Amaral [et al.], Ob. cit., p. 331.

¹³ Orlando Ribeiro, Ob. cit. na nota 4, p. 62.

¹⁴ Veja-se a este propósito: João Vieira Caldas, "A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve". Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2007. Dissertação para a obtenção do grau de doutor em Arquitectura, p. 193.

¹⁵ Miguel Reimão Costa, "Das casas de trave às casas de espigão: processos de transformação dos montes da serra do Caldeirão". Promontoria. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Nº 5 (2007), p. 305-328.

Fig. 2 Habitação no Montinho do Cravo



edificadas dos aglomerados urbanos objecto de processos característicos de densificação no interior de uma estrutura viária e predial preponderante. As aldeias e os montes serranos são marcados por um processo mais livre em que, como se verá, será frequentemente o próprio processo de edificação, considerando as suas topologias e métricas próprias, que acabará por estabelecer a estrutura de vias e parcelas do conjunto, privilegiando a adição em extensão e renunciando quase sempre ao sobrado e ao segundo piso.

O característico povoamento da Serra não poderá, naturalmente, ser dissociado das condições ditadas por um território de escassos recursos traduzindo-se, como noutras regiões de montanha, numa economia de subsistência e de poucos rendimentos. A estrutura predial compreende o domínio das pequenas explorações dispersas, muitas vezes, num número considerável de parcelas mais ou menos distantes. A grande propriedade não estava, no entanto, ausente da maior parte das subunidades da Serra, onde alguns montes constituíam o conjunto edificado sede de uma herdade, não correspondendo assim ao típico assentamento local formado pela concentração das edificações de diferentes seareiros. Mas mesmo estas herdades – muitas das quais contavam ainda, no início do século passado, com algumas centenas de hectares – não poderiam ser equiparadas às propriedades maiores das regiões vizinhas, especialmente quando se tem em linha de conta os magros proveitos disponibilizados pelos solos de vertentes pobres e esqueléticas. Considerados no contexto da Serra, os lavradores, maiores proprietários, adquiriram preponderância na economia local – como ainda hoje é possível constatar a partir dos testemunhos dos habitantes destes lugares – contratando assalariados e *aforando* terras à razão aos moradores nos montes vizinhos. Fora desta região sertaneja, no espaço alargado à área meridional do país, o lavrador serrano perderá relevância, não sobressaindo de forma expressiva de entre as comunidades onde se integrava. Tanto mais que, a partir da segunda metade do século XIX, grande parte destas herdades será objecto de sucessivos e expressivos processos de parcelamento, em parte devido a um desígnio de divisão muito próprio da cultura serrana¹⁶ e em parte porque estas terras não suportarão o aparecimento

de explorações relevantes constituídas por várias herdades que tornasse menos determinante a sucessão de ciclos de partilha. É por todas estas razões que o contraste da dimensão predial contribuirá aqui de forma bem mais modesta que nas áreas rurais das regiões vizinhas para uma diversidade tipomorfológica de arquitecturas.

Os conjuntos edificados serranos tradicionais constituem, assim, uma arquitectura despojada, reduzida, em muitos casos, ao essencial, traduzindo deste modo as difíceis condições de vida dos seus proprietários. Até finais do século XIX, esta condição assentava, em grande medida, no recurso a materiais tomados ou produzidos na Serra. Desde as paredes de alvenaria de xisto (prevalentes a Sotavento) ou de taipa (especialmente a Barlavento), aos pavimentos de terra ou de lajes de xisto, aos madeiramentos da cobertura recorrendo às espécies autóctones (com expressão distinta nas diferentes subunidades de árvores como o castanheiro, o sobreiro, a azinheira ou ainda o freixo, a faia ou o medronheiro), com *ripados* de esteva ou de canas, em *pulo de rato* ou *caniço cerrado*, recorrendo a telhas (provenientes, pelo menos em parte, dos telheiros locais), mas também a materiais vegetais empregues especialmente em dependências não habitacionais. De um modo geral, as habitações estavam, como vimos, desprovidas de janelas, adquirindo nos diferentes espaços interiores uma gradação de luz a partir da porta aberta da casa de fora. Visto do exterior, o monte pouco acrescentava à sucessão de planos de coberturas e fachadas, estas frequentemente de pedra à vista com os vãos escuros das portas ladeadas de poiais (fig. 3). Defronte, um *pátio* aberto contínuo às diferentes habitações, polarizado pela presença de um forno de pão comum apartado era, muitas vezes, desprovido de qualquer pavimento para além do próprio afloramento rochoso.

Os conjuntos edificados serranos acabarão, também, por ser contagiados pela transformação que marca a arquitectura rural das regiões vizinhas e, em particular, do Baixo Algarve, a partir de finais do século XIX. Este processo tanto adquirirá importância ao nível da organização espacial (com a gradual preponderância de uma lógica partitiva e da presença de paredes não estruturais na compartimentação dos espaços), como se reflectirá na mudança dos ambientes interiores e da



Fig. 3 Monte das Casas Altas

imagem exterior de inúmeros edifícios (fig. 4). Muitos destes aglomerados acabarão por revelar a importância dos novos modelos – quer nas edificações preexistentes que marcam as zonas de maior densidade do monte, quer nas novas construções que se dispersam em seu redor – através da presença mais ou menos pontual de elementos ou temas até então ausentes ou praticamente ausentes, como a chaminé de pano ou o *chupão* e a fachada de vãos emoldurados e evidentes preocupações compositivas, pontualmente coroadas por platibandas. Será também progressivamente mais relevante o transporte de materiais para a construção provenientes do exterior, quer a partir das novas vias carroçáveis, quer no dorso dos animais ao longo das antigas veredas, quer ainda através do rio que servia toda a área do Baixo Guadiana. Contam-se entre estes a cal (cada vez mais empregue nos revestimentos exteriores), os barrotes de pinho e eucalipto, os ladrilhos e as telhas ou as cantarias de calcário. Mas, como já anteriormente notámos, os conjuntos serranos acabarão quase sempre por manter o seu carácter despojado por comparação às edificações coevas dispersas no Baixo Algarve adquirindo, mesmo nas *casas de fachada*, uma expressão bem mais modesta (desprovida na maior parte dos casos dos elementos decorativos, das platibandas, dos socos e das cimalthas ou da cor e dos fingidos nos revestimentos exteriores) e restringindo frequentemente a semelhança com a arquitectura da orla meridional do Algarve à organização interna e à composição simétrica da fachada. Na Serra, as casas



Fig. 4 Habitação no monte de Vale de Ebro

mais exuberantes, equiparáveis a muitas das habitações de proprietários *remediados* do Litoral ou do Barrocal, pertencerão, geralmente, aos maiores lavradores locais, correspondendo assim a um número relativamente reduzido.

2. Os montes dos *limites* e a serra do antigo termo de Tavira

A serra de Tavira constitui, como vimos, uma das subunidades passíveis de serem delimitadas no interior da unidade maior da *serra algarvia*. Distingue-se das serranias do Baixo Guadiana a oriente e a nordeste onde as vertentes, por vezes abertas em achadas mais favoráveis, beneficiam da maior proximidade do rio, diferenciando-se também das serras mais húmidas e florestadas a ocidente que se elevam progressivamente à cumeada principal do Caldeirão. Na realidade, poder-se-á dizer que a serra de Tavira corresponde à subunidade que mais expressivamente congrega o conjunto das características consideradas genericamente na descrição da Serra, tomando, como nenhuma outra, a orografia dos montículos apertados, as encostas de declives pronunciados de solos esqueléticos e pouco arborizados, ou os vales encaixados pontuados por hortas acanhadas. É também a partir das próprias características físicas do território que, a

¹⁶ Estanco Louro, “O livro de Alportel: monografia de uma freguesia rural – concelho”. 3^o ed. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1996, p. 134.

nível do povoamento e das estruturas antrópicas, se poderão reconhecer as especificidades da serra de Tavira que se contava entre as zonas sertanejas mais difíceis no quadro das economias tradicionais. Os montes tenderão a ter aqui um número mais reduzido de fogos relativamente às restantes subunidades da serra do Caldeirão. A estrutura predial é marcada por um expressivo parcelamento, correspondendo a uma trama de parcelas exíguas, onde se encontram ausentes as courelas maiores resultantes do *desmembramento* das herdades que se poderão reconhecer nas áreas vizinhas.

Fig. 5 Monte do Zimbral

Fig. 6 planta do monte do Zimbral. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2003 e 2006 por Miguel Reimão Costa, Stefano Malobbia e Nuno Reimão Peres



Os pequenos aglomerados encontram-se frequentemente implantados num afloramento sobranceiro a uma zona de maior aptidão agrícola, beneficiando de um vale mais largo ou de uma área de vertentes menos pronunciadas. O monte do Zimbral compreende muitos dos temas comuns aos assentamentos da serra de Tavira, ainda que adquira uma dimensão maior à que é comum nesta subunidade (fig. 5). O conjunto das diferentes edificações retoma uma linha de fecho de direcção norte/sul com a grande maioria das habitações a abrirem as suas portas ao sol nascente (fig. 6). O assentamento,

que hoje vemos estender-se a toda a zona aplanada do festo, foi anteriormente constituído por dois núcleos autónomos afastados em cerca de cinquenta metros. As habitações concentram-se no núcleo norte, especialmente nos dois conjuntos edificadas de maior dimensão, onde se caldeavam células de diferentes proprietários. O núcleo meridional era constituído por dependências, em grande parte por palheiros, que tanto se poderiam alinhar nos conjuntos de células de planta rectangular como dispersar, mais a sul, em construções de planta rectangular ou circular. Alternando com estas, encontravam-se as diferentes eiras de pisoteio, nalguns casos, perceptíveis ainda hoje pelas superfícies aplanadas dos afloramentos desbastados.

O modo como o conjunto dos palheiros e das eiras dos diferentes moradores do monte se juntavam, formando um núcleo mais ou menos autónomo, é um tema que poderemos reconhecer em inúmeros lugares da Serra. De um modo geral eram conformados por construções com cobertura de materiais vegetais que tanto poderiam corresponder a coberturas de duas águas com pau de fileira como a coberturas cónicas (fig. 7). A área serrana do concelho de Tavira constitui, de resto, uma das subunidades do Caldeirão onde mais se conservam os palheiros de planta circular (tendo sido possível identificá-los em 66 dos cerca de 160 montes ali existentes), quase sempre já desprovidos da sua cobertura de colmo. Esta organização, em que o conjunto dos palheiros e das eiras (ou, noutros casos, dos pocilgos) dos diferentes moradores se concentravam num determinado lugar mais ou menos próximo do monte remete para uma cultura do espaço comum que acabará por perder relevância durante o século passado.

Fig. 7 Palheiro em Mealha, Cachopo, Tavira



No entanto, em muitos dos lugares da serra de Tavira, as comunidades locais conservam ainda hoje a memória dos *limites do monte*, retomando, entre cerros e barrancos, os pontos e as linhas desse perímetro na paisagem. Segundo dizem, os *limites do monte* corresponderiam, num dado momento, ao conjunto das terras propriedade dos residentes daquele monte, conformando uma área de recursos confinada pelas áreas idênticas afectas aos montes vizinhos. A reminiscência destes *limites*, recordados ainda hoje na paisagem de muitos montes, é uma usança notável, tanto mais que o encadeamento de diversas gerações se encarregaria de caldear, por casamentos, parcelamentos, vendas, trocas ou compras, a vinculação do monte aos seus *limites*, convertendo o património de muitas das famílias residentes nestes aglomerados numa exploração de parcelas dispersas por áreas de diferentes montes. Manter-se-ão, no entanto, na memória local como expressão de uma identidade que se estende do assentamento a um território que lhe pertence, registando um sentimento particular de percepção e apropriação da paisagem evidente também na relação com as comunidades dos lugares vizinhos.

De qualquer modo, a memória dos *limites do monte* não se estende a toda a Serra. Na realidade, a referência a este termo torna-se particularmente ajustada a um artigo subordinado ao tema dos montes de Tavira, já que é numa área aproximada às serranias do concelho daquele centro que foi possível registar o conjunto dos lugares onde subsiste a sua memória. De facto, a referência aos *limites do monte* cessa na orla ocidental da freguesia de Santa Catarina, estendendo-se para a área nordeste do concelho de São Brás de Alportel (em redor do monte das Lajes), desaparecendo depois para norte da ribeira de Odeleite (salvo na área em redor da aldeia de Cachopo a que mais tarde faremos alusão), enquanto que para sul da mesma se conservará ainda na faixa meridional do concelho de Alcoutim (em parte da freguesia de Vaqueiros) e na faixa ocidental do concelho de Castro Marim (em parte da freguesia de Odeleite). Ora, o perímetro que acabámos de delinear corresponde justamente às extremas do antigo termo de Tavira antes da sua alteração em 1836 no âmbito das reformas administrativas liberais¹⁷, pelo que a figura dos *limites do monte*, conforme a temos descrito, remete para o território da serra de

Tavira ao tempo do Antigo Regime. A mesma serra, portanto, que D. Manuel havia doado à Câmara de Tavira e que esta, por sua vez, *entregara* a um donatário que passara então a receber a parte devida das colheitas dos *colonos*.

Não será por isso de estranhar que os *limites do monte* estejam associados ao Alvará Régio de 13 de Março de 1772, episódio da história que, justamente, mais tem servido para distinguir a serra de Tavira no contexto das serranias entre Alentejo e Baixo Algarve. Por esta via, a serra do antigo termo de Tavira será entregue ao povo ou, dito de outro modo, àqueles que eram então os seus moradores, com todas as implicações que daí poderão resultar a nível da história da paisagem. De facto, naquele documento, para além de se proceder a uma breve resenha da ocupação deste território desde o reinado de D. João I, reconhecer-se-á razão aos habitantes dos seus montes que "atormentados [...] com os abusos, e opressões" reclamam contra aqueles que, então e por circunstâncias diversas, se encontravam à "posse da sobredita Serra", entregando-lhes, por fim, "o pleno domínio e posse dos prédios por eles habitados"¹⁸. Algumas décadas depois, Silva Lopes, retomando as palavras daquela *Carta*, acrescentará que "começarão desde então estes povos a respirar, passando de simples colonos, que até alli erão, a perfeitos proprietários; e a cultura foi levada a tal incremento, que ao presente está em grande parte povoada de vinhas, figueiras, oliveiras, amendoeiras, e alfarrobeiras; não tanto porém como podia ser, se aproveitassem por meio da enxertia a grande quantidade de zambujeiros, e chaparheiros [...]"¹⁹.

Os *limites do monte* corresponderão à demarcação, no território, da área afecta a cada monte, que deverá ter ocorrido em resultado da doação da serra de Tavira (confinada ao seu antigo termo) aos seus moradores no reinado de D. José. Ambicioso projecto seria o de, monte após monte, reconstituir pelo desenho essa rede alveolar, notando como, em cada caso, se poderá ou não rebelar aos festos e talvegues. De qualquer modo foi possível desenhar os *limites do monte* da Várzea da Azinheira²⁰, pequeno lugar com menos de uma dezena de habitações, localizado a alguns quilómetros a sul da ribeira de Odeleite (fig. 8). Confrontam com os *limites dos montes* de Carne Cerva e Tafe a sul, de Cabeça Gorda a nascente, de Taipas a

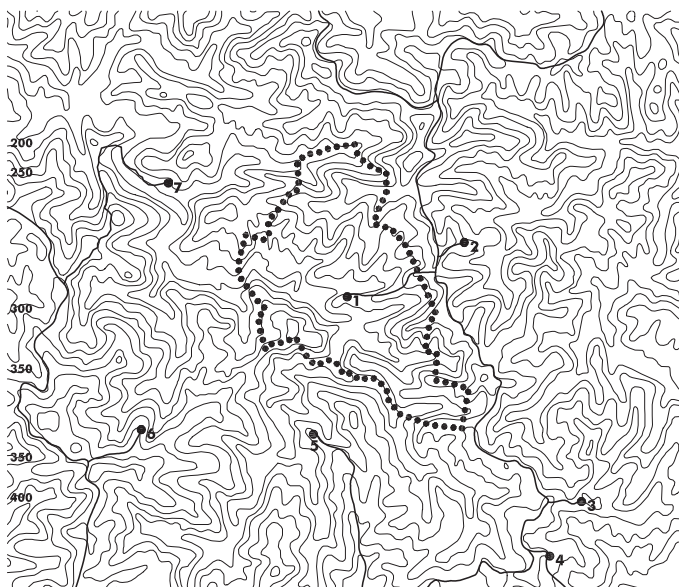


Fig. 8 Planta de delimitação dos limites do monte da Várzea da Azinheira. 1 Várzea da Azinheira 2 Cabeça Gorda 3 Eira Chã 4 Tafe 5 Carne Cerva 6 Peralva 7 Marrocos. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2006 com Manuel Joaquim de Jesus

norte e de Marrocos e Pedralva a nascente, correspondendo a uma superfície de cerca de 222 hectares que se aproxima do valor médio da superfície por monte calculado para a serra de Tavira equivalente a 243 hectares.

Ao centro deste círculo, o monte da Várzea da Azinheira constitui um pequeno aglomerado organizado em dois núcleos distintos (fig. 9). O monte de Cima, hoje abandonado, correspondia em grande parte a um alinhamento de *casas* de cobertura de duas águas com pau de fileira ao qual se juntavam algumas células de uma só vertente. Algumas das edificações mais antigas remetem aqui para a imagem dos montes de outrora, marcadas pelo baixo pé-direito, pelo desenho retorcido da trave e dos caibros, pela ausência de qualquer revestimento no exterior (em contraste com as paredes interiores *cafeladas*), pela presença do forno de pão com abóbada de pedra e pela inexistência de qualquer intervenção ao nível do espaço exterior onde o afloramento se oferece

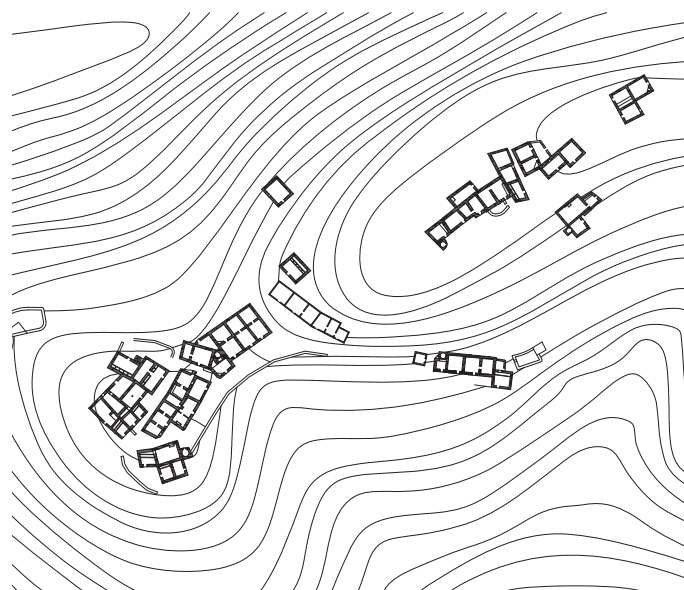


Fig. 9 Planta do monte de Várzea da Azinheira, Tavira. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2006 por Miguel Reimão Costa e José Maria Lopes da Costa

em diferentes estratos à erosão. A cota inferior, o monte de baixo mantém-se ainda ocupado. Os diferentes conjuntos edificados são aqui marcados pela composição de células de uma água, distinguindo-se aqueles a ponte, correspondentes às dependências dos palheiros e das ramadas (fig. 10), daqueles a nascente onde se concentravam as habitações dos diferentes

¹⁷ Cf. Arnaldo Casimiro Anica, "Tavira e o seu termo – Memorando histórico". Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1993, pp. 12-24. Em relação à área do actual concelho de São Brás de Alportel até então integrada no termo de Tavira, ver Estanco Louro, Ob. cit., pp. 59-61.

¹⁸ Arquivo Municipal de Tavira, "Livros da Câmara", Livro de Registo da Câmara n.º 3 Folha 136 verso.

¹⁹ João Baptista da Silva Lopes, "Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve" [1841]. Faro: Algarve em Foco, 1988, p. 365.

²⁰ O autor agradece ao senhor Manuel Joaquim de Jesus, residente na Várzea da Azinheira, a jornada de demarcação na paisagem dos *limites* do seu monte em 15 de Junho de 2006.

proprietários, cujas paredes rebocadas e caiadas, abertas pelas portas das casas de fora e do fogo, marcam a fachada sudeste do monte. No conjunto dos dois núcleos, a Várzea da Azinheira compreendia, no segundo quartel do século passado, um total de oito habitações. Ainda que podendo corresponder a disposições bastante dissemelhantes, tal como é comum na generalidade dos montes do Caldeirão, a maior parte das habitações era constituída por dois ou três compartimentos (casa de fora, casa de fogo e casa de dentro), em geral complementadas pelas dependências agrícolas (palheiro e *ramada*). Como variantes extremas desta composição de base poderíamos encontrar, no monte de cima, uma *morada* de um único compartimento e, no monte de baixo, uma habitação constituída por sete compartimentos dispersos em diferentes conjuntos edificadas, a que se juntavam algumas construções agrícolas, uma das quais, com sobrado de canas, encontra-se

implantada na ladeira entre os dois núcleos do aglomerado.

Esta habitação de maiores dimensões pertencia ao que é costume designar na Serra por lavrador remediado. De facto, ainda que no interior serrano do antigo termo de Tavira, o proprietário das grandes explorações estivesse ausente, nalguns montes faz-se menção à presença do lavrador remediado, proprietário de uma exploração maior disseminada em pequenas parcelas que, de qualquer modo, não era comparável às propriedades maiores características, por exemplo, da área a norte da ribeira de Odeleite. Se em diferentes circunstâncias se tem assinalado a importância da pequena propriedade na caracterização dos modos de vida e dos sistemas de produção tradicionais característicos das serras entre Baixo Alentejo e Baixo Algarve, em nenhum lugar adquirirá a mesma expressão que tem no sertão do antigo termo de Tavira, onde, como vimos, uma apertada trama de parcelas exíguas se estende

Fig. 10 Monte da de Várzea da Azinheira, Tavira



continuamente numa complexa organização de explorações multi-prediais. Ainda que o cadastro do concelho de Tavira não tenha chegado a entrar em vigor, as secções cadastrais relativas às áreas das freguesias dos concelhos vizinhos – as *freguesias de canto*²¹ – que, antes de 1836, integravam a serra de Tavira atestam esta sucessão de parcelas diminutas. É o que ocorre na orla meridional da freguesia de Vaqueiros, pontuada por diferentes lugares, como o Vale da Rosa, onde ainda hoje se regista a memória dos *limites do monte*. Este aglomerado é também constituído por dois núcleos distintos implantados em zona de vertente e distanciados em cerca de cem metros (fig. 11). E tal como ocorria com a Várzea da Azinheira, também aqui se registava a presença de um lavrador remediado. Os *currais* de vacas e de cabras de dimensão considerável e o forno de pão dissociado com alpendre que se encontram no núcleo a noroeste enunciam, de algum modo, a maior relevância desta exploração, ainda que, a nível da arquitectura da habitação, este conjunto não se distinga consideravelmente das restantes edificações do monte quase sempre formadas por adunção de construções de uma água.

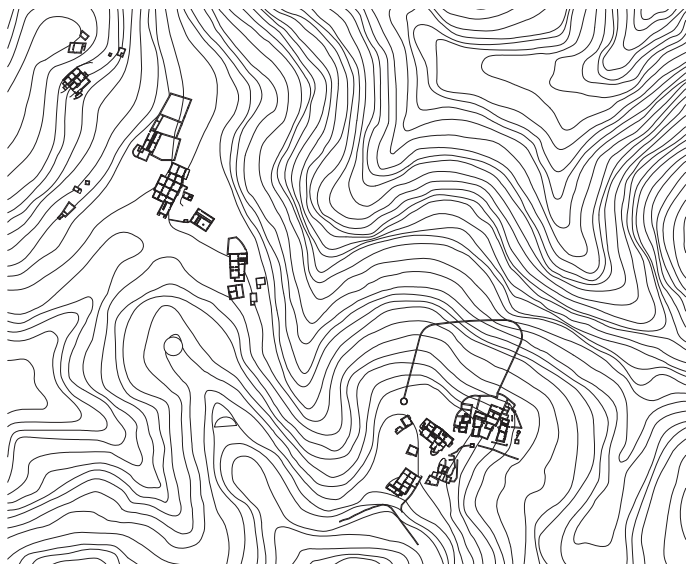


Fig. 11 Planta do monte do Vale da Rosa. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2004 para a publicação "Património Rural Construído do Baixo Guadiana" por Alexandre Miguel Costa, Eugénia Rodrigues Teixeira, Fernando Vítor Ribeiro, Marta Rodrigues dos Santos, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia

Montes como os da Várzea da Azinheira ou do Vale da Rosa acabarão por confirmar a tendência para uma menor dimensão dos aglomerados localizados no interior do antigo perímetro da serra de Tavira, o que se torna particularmente evidente quando se consideram, em contraponto, os montes maiores do Baixo Guadiana e, especialmente, do planalto que se estende de Martinlongo até quase a Alcoutim. Associada a esta menor dimensão média dos aglomerados, é de notar que a sua distribuição no território se caracteriza aqui por uma rede mais apertada de núcleos (correspondendo a 41 assentamentos por cada 100 km² em contraste com os cerca de 20 núcleos por 100 km² que conformam a ocupação das restantes subunidades do Caldeirão). O povoamento da serra do antigo termo de Tavira é, deste modo, marcado por uma rede indiferenciada e pouco hierarquizada de montes mais próximos e mais pequenos, onde se nota a ausência de uma sede de freguesia²² ou de qualquer aglomerado que acabasse por adquirir preponderância sobre os demais.

Em algumas das zonas das vertentes mais próximas do Baixo Algarve, este povoamento mais antigo poderá dar lugar a uma dispersão mais recente com origem em finais do século XIX (e que nalguns casos se tem densificado nas últimas décadas), como é especialmente evidente nas freguesias da Conceição e de Santa Catarina da Fonte do Bispo. Em muitos casos, os novos conjuntos corresponderão ao edifício com telhado de duas águas simétricas sobre parede de cumeeira que, como vimos, terá cada vez maior relevância na arquitectura do Algarve. Em certos casos, esta forma *acabada* não resistirá, mesmo durante este período, a alguns dos temas fundamentais da arquitectura da serra do Caldeirão, não escapando ao parcelamento da habitação entre descendentes, à adunção de novas células de uma água ou, em limite, ao aparecimento de novas construções em seu redor que tenderá a converter um conjunto de uma só habitação num monte onde coexistem diferentes núcleos familiares ligados entre si, pelo menos num primeiro tempo, por laços de parentesco.

²¹ Livro de Guias de Trânsito para Espanha da Administração do Concelho de Tavira, 1917. Cota A/III/5. Arquivo Municipal de Tavira - CMT

²² um dado momento chegou a ser equacionada a criação de uma sede de freguesia no monte de Tafe (próximo da Várzea da Azinheira) por divisão da freguesia de Santa Maria: Joaquim Romero Magalhães, Ob. cit., p.105.

É o que ocorre com o monte da Rocha dos Corvos implantado num pontal sobranceiro à ribeira da Gafa, no limite nascente do concelho, a norte da mata da Conceição (fig. 12). A primeira edificação, ao centro, constitui uma habitação com cobertura de duas águas organizada em duas alas compartimentadas por paredes maciças de alvenaria de xisto (em lugar das paredes ligeiras de adobes correntemente associadas a esta tipologia). Mais a sul, apartado da habitação, o palheiro de planta circular formava uma unidade com a eira contígua de terra. A construção gradual de novas edificações ocorrerá no segundo e terceiro quartéis do século passado, convertendo o conjunto original (onde cada uma das duas alas passarão a integrar uma habitação diferente) num elemento de separação de dois ambientes distintos pertencentes a proprietários diferentes. Ainda que associado a uma organização espacial muito particular, o monte da Rocha dos Corvos confirmará assim, mesmo neste período, a permanência de um dos sistemas fundamentais de construção da arquitectura serrana, em que o processo de parcelamento e posterior ampliação das edificações originais adquirem uma importância decisiva no crescimento destes aglomerados (fig. 13).

3. Os montes de lavrador, os montes de caseiros e os montes da herdade de Cachopo

Atravessando a ribeira de Odeleite para norte, deixando para trás as vertentes do antigo termo de Tavira, registaremos uma transformação do padrão de ocupação do território associada à tendência para uma maior hierarquização do povoamento. Os montes, agora mais espaçados, adquirirão frequentemente uma dimensão maior que a sul da ribeira, contando, por vezes, com algumas dezenas de fogos. Coexistindo com estes aglomerados maiores, veremos também surgir outros assentamentos de dimensões mais modestas que eram, em muitos casos, habitados por lavradores ou caseiros ligados a explorações relevantes no contexto da Serra. Esta alteração é, portanto, consonante com a própria estrutura predial, já que fora do antigo termo de Tavira as áreas mais compartimentadas passarão a alternar com outras de courelas maiores, quase sempre resultantes do parcelamento de



Fig. 12 Planta do monte da Rocha dos Corvos. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2004, por Alexandre Miguel Costa, Eugénia Rodrigues Teixeira, Fernando Vítor Ribeiro, Marta Rodrigues dos Santos, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia



Fig. 13 Monte da Rocha dos Corvos

antigas herdades, naquela que corresponderá à organização predominante na Serra. É o que ocorre, para oriente, no Baixo Guadiana, e para ocidente, na cumeada principal do Caldeirão ou, mais distante, na serra de São Barnabé, já na província alentejana. É também o que ocorre nas freguesias próximas de Vaqueiros, Giões e Martinlongo, que constituem a metade ocidental do concelho de Alcoutim, ou ainda na freguesia de Cachopo cuja superfície, a norte da ribeira de Odeleite, integrou o mesmo concelho até 1836. Ora, como referia Silva Lopes, em 1841 "Quasi todo o terreno desta villa [de Alcoutim] está repartido em herdades, que erão da Casa do Infantado, muitas das quaes tem excellentes valles com mananciaes de agua; estão porém em perfeito abandono, admitindo cultura de regadio com agua de pé"²³.

Assim, tal como as freguesias que hoje fazem parte do concelho de Alcoutim²⁴, também as serranias de Cachopo eram marcadas pela presença de diferentes herdades da Casa do Infantado que, antes do fim do Antigo Regime, se encontravam emprazadas por contratos de três vidas, como ocorria, por exemplo, com a herdade de Alcaria Alta (da qual aquela casa recebia dezoito alqueires de trigo que passaram a vinte a partir de 1780)²⁵. Serão, em grande medida, estas herdades que, depois de incorporadas na Fazenda Nacional e vendidas

em hasta pública com o advento do Liberalismo, acabarão por, directa ou indirectamente, suscitar o aparecimento do lavrador proprietário e residente na Serra. Na freguesia de Cachopo, e para além de Alcaria Alta, deverá ter sido ainda o caso das herdades de Estraga Mantens²⁶, Afonso Martins, Seixo e João Mins²⁷, ou ainda de outras cujos topónimos se conservaram na tradição local, por vezes associados a montes de lavrador, como Corte Pequena, Valeira, Luzio (entre vale de Odre e Montinho do Cravo) ou Seiceira. De um modo geral, as herdades da Serra acabarão, mais tarde ou mais cedo, como vimos, por ser objecto de sucessivos processos de divisão que, a

²³ João Baptista da Silva Lopes, Ob. cit., p. 396.

²⁴ Sobre as herdades da Casa do Infantado no actual concelho de Alcoutim, ver: Carmina Cavaco, "O Algarve Oriental. As vilas, o campo e o mar". Faro: Gabinete de Planeamento da Região do Algarve, 1976, p. 129; António Miguel Ascensão Nunes, "Alcoutim, capital do Nordeste Algarvio (subsídios para uma monografia). Alcoutim: Câmara Municipal de Alcoutim, 1985, pp. 166-167.

²⁵ Arquivo Particular (Alcaria Alta), "Carta de Emprazamento em vida de tres pessoas [da Erdade chamada de Alcaria Alta]. Lisboa, dois de Dezembro de 1780, fls 4, 6.

²⁶ Referida enquanto herdade nas Memórias Paroquiais: ANTT, "Memórias Paroquiais de 1758", vol. 10, n.º 234, fl. 1580.

²⁷ Referidas na carta de emprazamento de Alcaria Alta: Arquivo Particular (Alcaria Alta), Ob. cit. fls 2-3.



Fig. 14. Monte do Seixo



Fig. 15. Monte de Estraga Manténs

nível do conjunto edificado, se poderão traduzir na organização de um monte constituído por diferentes habitações. Por vezes, o parcelamento das maiores propriedades resultará num assentamento constituído pelos conjuntos edificados de diferentes caseiros associados a diferentes courelas, como ocorria no monte do Seixo (fig. 14). Nalguns casos, poderão surgir montes de lavrador que, como os Estevais, acabarão por praticamente se restringir às habitações dos herdeiros de um mesmo proprietário. Noutros casos, o monte converter-se-á num assentamento onde, num dado momento, poderiam coexistir lavradores e caseiros, como ocorre com o monte de Estraga Manténs (fig. 15).

Ainda que esta solução não fosse muito comum na Serra da primeira metade do século passado (ao contrário do que ocorria frequentemente em montes das regiões vizinhas do Baixo Algarve ou do Alentejo), também o monte de Alcaria Alta, localizado a menos de 5 quilómetros a sul de Cachopo, juntava as habitações dos caseiros ao conjunto edificado do lavrador. Alcaria Alta da Serra (assim designada entre os habitantes destes lugares para diferenciar da Alcaria alta do Campo, situada no planalto de Giões, já para lá da ribeira da Foupana) retoma uma situação comum a diversos aglomerados serranos, ocupando um dos cabeços mais altos a sul da cumeada entre Foupana e Odeleite, a partir do qual desfrutava da visão alargada sobre as terras da herdade. O conjunto das diferentes edificações privilegiava, uma vez mais, a orientação a sudeste, sobre um espaço em calçada irregular de xisto que evoca os arruamentos característicos das aldeias ou dos montes maiores. O conjunto edificado propriedade do lavrador, a norte, foi sendo sucessivamente sujeito a diferentes campanhas de obras, desde o momento em que a solução de cobertura de duas águas com pau de fileira foi preterida à cobertura de duas águas em parede cumeeira. Este conjunto de perímetro irregular era organizado em duas alas de compartimentos (com os compartimentos mais relevantes, como a casa de fora ou a cozinha na ala principal e os compartimentos de despejo na ala posterior), integrando ainda, no limite norte, um núcleo de quatro *casas* com acesso autónomo (fig. 16). A habitação do lavrador era ainda rematada, no limite sul, por uma antiga casa com sobrado que, a partir do início do segundo quartel do



Fig. 16 Planta de Alcaria Alta. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2008 por Miguel Reimão Costa e José Maria Lopes da Costa

século passado, verá substituída a sua cobertura inclinada por uma cobertura de betão armado (a mesma solução empregue, posteriormente, numa nova construção mais alta agregada a poente). Este conjunto era acompanhado, a nascente, por outro alinhamento construído (onde se localizava a casa do forno e o celeiro) e, a poente, pelo conjunto dos palheiros e das ramadas de rezes e equídeos.

Em Alcaria Alta, as duas habitações de caseiros existentes formavam um conjunto autónomo localizado a sul da habitação do lavrador. Se um destes caseiros explorava parte da herdade propriedade do lavrador residente no monte, o outro estava à *posse* de uma parcela pertencente a um outro proprietário residente num aglomerado próximo. Em qualquer caso, partilhavam o forno de pão, entretanto desaparecido, localizado defronte deste conjunto. Estas habitações, associadas às dependências agrícolas do segundo caseiro, estendiam o arruamento em direcção à baixa onde em meados do século passado se haveria de construir uma nora sobrelevada de eixo curto (idêntica àquelas então bastante frequentes na orla meridional do concelho) que para além do regadio serviria ainda à nova destilaria do monte (fig. 17).

Os caseiros cuidavam da distribuição das *sortes* que os lavradores arrendavam à *ração*, escolhendo, naturalmente, para si as de melhores proveitos. Os seareiros dos montes vizinhos localizados na orla norte da serra de Tavira, como a Cortelha, ou dos montes maiores próximos de Cachopo, como os Currais vinham cultivar folhas na herdade de Alcaria Alta, beneficiando da sua proximidade. As serras de Cachopo retomavam deste modo as relações de complementaridade, comum em vastas extensões do Caldeirão, entre os montes das herdades e os montes maiores dos seareiros que, especialmente na primeira metade do século passado, completavam os rendimentos das suas pequenas explorações com as terras *aforadas* em propriedades mais ou menos próximas.

Na freguesia de Cachopo, um número significativo dos montes maiores de seareiros (onde pontualmente poderia residir também algum proprietário mais abastado) localizava-se nas vertentes mais próximas daquela aldeia, enquanto os montes de lavradores e caseiros formavam um segundo círculo exterior. Esta disposição está em parte associada ao facto da área próxima à aldeia corresponder, num perímetro compreendido entre os montes da Redonda a norte e da Catraia

Fig. 17 Monte de Alcaria Alta



a sul, à antiga herdade de Cachopo que, segundo as Memórias Paroquiais de 1758, teria sido, há muito, doada às populações locais para que as cultivassem ou dela se apropriassem. Naquele documento poderá ler-se que "[...] todo aquele sujeito que cercou desta [herdade] alguma parte, fica tendo na mesma real posse e domínio e sem outra alguma pensão, mais que a de pagar o dizimo a Deus, de tal sorte que depois de cercada a pode alienar e vender como se fosse propriedade havida por herança, doação ou compra e a isto mais acresce a circunstância e a singularidade de que toda aquela pessoa, que na tal herdade quis semear, o pode fazer com declaração porém, que antecedentemente deve assinalar e marcar a parte que lhe parecer necessária para a sua sementeira, porém esta fica somente com o usufruto e utilidade daquele ano e também sem mais pensão que a de pagar o dizimo a Deus e passados anos pode outra qualquer pessoa usar da mesma terra para a semear e participar dela todo o fruto e somente com a obrigação de pagar dizimo e dizem os seus moradores que tem a tal herdade de comprimento uma légua e meia de largura e tradição antiquíssima é, fora deixada por uma velha, cujo o nome se ignora para mais comodidade dos seus moradores e em benefício dos pobres com mais facilidade se povoassem estes países pois são inabitáveis por demasiadamente frios e péssimo temperamento"²⁸.

Também Silva Lopes faz referência à herdade de Cachopo na sua Corografia do Algarve de 1841, para acrescentar que, já então, os moradores dos montes se haviam apropriado das melhores terras, restando apenas algumas outras menos propícias para a cultura²⁹. No entanto, cerca de um século depois, aquando da divisão deste *balديو* promovida pela Junta de Colonização Interna, a herdade compreendia ainda uma superfície considerável correspondente a cerca de 365 hectares, a que se juntavam outros *logradouros comuns* com uma área total de cerca de 39 hectares³⁰. A superfície original da herdade de Cachopo seria, em qualquer caso, muito mais extensa. Segundo a tradição local, alargar-se-ia, especialmente a sul e nascente, muito para lá do limite registado pelos técnicos da Junta de Colonização Interna, contendo os referidos *logradouros comuns* e integrando ou aproximando-se de diferentes aglomerados como Cachopo,

Currais, Medronheira, Catraia, Fonte do Corcho, Almarginho, Redonda, Navalha, Monte Sequeira, Monte do Telheiro, Vale João Farto e Montinho do Lobo. Reconstituindo, através de desenho, o perímetro original da Herdade, a partir da descrição de alguns dos habitantes destes montes, é possível constatar que aquela poderia corresponder inicialmente a uma superfície superior a 1500 hectares. Entre as áreas que haviam sido apropriadas pelos seus moradores contavam-se os vales (para hortas, árvores de fruto, milho e outras culturas), os pequenos povoamentos murados de sobreiros e azinheiras e outros cercados nas encostas³¹. De um modo geral, os montes da herdade de Cachopo serão, portanto, lugares de seareiros que tanto poderão adquirir dimensões consideráveis como Fonte do Corcho, Currais, Vale João Farto ou Redonda como permanecer bem mais modestos como Monte do Telheiro ou Navalha. Nalguns casos poderão ser marcados, como vimos, pela presença de um lavrador como ocorre em Vale João Farto ou na Catraia.

No interior da herdade, cada aglomerado compreendia também os seus próprios *limites do monte*, tal como ocorria na serra de Tavira a sul da ribeira de Odeleite. Estas áreas afectas a cada núcleo acabariam, de resto, por ser consideradas aquando da divisão da herdade de Cachopo no segundo quartel do século passado, por exigência dos moradores dos lugares que menos se haviam apropriado das terras no interior dos seus *limites*³². Ainda que, como vimos, o usufruto comum da herdade de Cachopo seja já apontado como muito antigo nas Memórias Paroquiais daquela aldeia (documento coevo do Alvará de 13 de Março de 1772 a que anteriormente fizemos referência), é provável que date também do reinado de D. José a demarcação no interior daquela herdade dos limites afectos a cada monte (justificando assim as semelhanças com a organização da serra do antigo termo de Tavira). E de facto, num processo que, em finais do primeiro quartel do século XX, opôs os moradores dos montes de Vale João Farto e Navalha a um residente de Cachopo, a propósito da posse de parte da dita herdade, é aventada essa relação quando se menciona que: "a decisão foi favorável às povoações referidas que alegavam pertencer-lhe os terrenos denominados Herdade de Cachopo, por doação feita no reinado de D. José. Na referida doação eram indicados

os limites dos terrenos usufruídos por cada uma das povoações usurárias”³³.

Mas não será apenas ao nível da apropriação e da exploração das vertentes da herdade de Cachopo que estes montes acabarão por revelar a importância do tema das *terras comuns*. Também o lugar do próprio assentamento correspondia a um espaço comum onde cada morador do monte era livre de construir. De facto, como referem os habitantes de alguns montes como o Almarginho ou os Currais, até um determinado momento, a edificação era admitida nos espaços livres destes aglomerados, não se guardando memória da existência de um *conselho* ou de uma qualquer estrutura local que tutelasse esse processo. Segundo referem, o morador no monte deveria apenas registar as novas construções na Câmara desde que fossem *casas de morar*, já que as dependências, os palheiros e as ramadas, os currais ou os pocilgos não obrigavam a esse procedimento. A economia de recursos que resultava do processo de construção agregada associada à presença desta superfície sem desenho parcelar justifica a organização dos conjuntos edificados mais antigos onde, como vimos, a estrutura cadastral acabará por fixar as métricas desta cultura particular de edificação. Estes conjuntos poderão, depois, tornar-se gradualmente mais intrincados quando cada um dos compartimentos que os formam se converte na unidade de base de sucessivos processos de partilha, troca ou aquisição. As plantas dos montes registam frequentemente esta organização, especialmente nas construções mais centrais constituídas por

células de diferentes configurações agregadas em função de um processo de encadeamento que se tenderá a estender no tempo. Tanto mais que a memória deste espaço comum que se alargava para lá do aglomerado e onde os seus moradores eram livres de construir não se restringe aos montes da herdade de Cachopo, preservando-se também, sob o nome de *rossio do monte*, noutras subunidades em lugares como Alcaria Alta do Campo no concelho de Alcoutim, Revezes no concelho de Loulé ou Felizes no concelho de Almodôvar, constituindo um interessante tema em aberto para a história local.

²⁸ ANTT, “Memórias Paroquiais de 1758”, vol. 10, n.º 234, fls. 1576-1577.

²⁹ “[...] os moradores (a quem se he permitida esta faculdade) tem aproveitado as melhores polpas que tem cercado, restando apenas alguns pedaços mais fragosos que admitem pouca cultura”. João Baptista da Silva Lopes, Ob. cit., p. 380.

³⁰ Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia, “Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados (volume IV): Distritos da Guarda, Évora e Faro”. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1941, pp.113-124. Nesta publicação é apresentada uma planta com os perímetros da herdade e das restantes terras comuns.

³¹ Junta de Colonização Interna, Ob. cit., p.116.

³² “Duas tentativas de divisão do baldio fracassaram por não respeitarem os limites do terreno usufruído privativamente por cada uma das povoações, [...] em Navalha e Vale João Farto a economia de muitos fogos continuou muito dependente da cultura do baldio, ao contrário do que sucede em Cachopo, onde este se transformou em propriedade particular. É por esta razão que as povoações referidas não consentem em ceder terrenos existentes dentro dos limites tradicionais, para serem entregues em glebas aos fogos de outros lugares.” Junta de Colonização Interna, Ob. cit., p. 117.

³³ Junta de Colonização Interna, Ob. cit., p. 117.



13. Arquitecturas serranas: o caso do monte Beliche de Cima

Ao longo das margens da ribeira do Beliche, antes ainda do seu curso se aproximar da Foz no Guadiana a sul da aldeia do Azinhal, poderemos encontrar alguns dos pequenos aglomerados que conformam a ocupação da serra de Tavira. O monte do Beliche de Cima sintetiza, de algum modo, a situação e morfologia desses assentamentos que tenderão a ocupar uma cabeceira sobranceira às margens da ribeira, num lugar em que os vales encaixados se abrem numa pequena superfície aluvionar que, associada à presença de uma linha tributária, é particularmente favorável às culturas das hortas. A implantação dos diferentes conjuntos edificados resultará, a partir da reconfiguração do percurso de fecho, na tendência de localização das habitações na área central do aglomerado e dos palheiros e estábulos com estrumeira no limite exterior de transição para as hortas. A construção do monte está marcada pela preponderância de um processo de sucessiva agregação de células que resultará, em cada conjunto, numa organização circunstancial dos diferentes planos da cobertura. Se nalguns casos, todos os compartimentos de uma habitação se poderão encadear numa mesma unidade, de um modo geral, tenderão



a dispersar-se por diversos conjuntos edificados no interior do monte, conferindo ao espaço exterior uma dimensão doméstica, acentuada pela presença dissociada dos fornos de pão. Um outro tema que converte Beliche de Cima num bom exemplo para a caracterização da arquitectura da Serra está relacionado com a presença dos palheiros de planta circular que, geralmente, se concentram junto das eiras, num afloramento próximo do monte. É também o que ocorre, no presente caso, em que parte dos *palheiros bicudos*, como são aqui designados, formam um alinhamento ao longo do percurso de acesso às eiras localizadas a norte, alguns dos quais conservando, ainda hoje, a cobertura cónica de colmo. [MRC]



Planta monte Beliche de Cima. Desenho elaborado a partir do levantamento realizado em 2004 por Alexandre Miguel Costa, Eugénia Rodrigues Teixeira, Fernando Vítor Ribeiro, Marta Rodrigues dos Santos, Miguel Reimão Costa e Stefano Malobbia

BIBLIOGRAFIA



Os montes da serra de Tavira

Miguel Reimão Costa

D'ABREU, Alexandre Cancela, CORREIA, Teresa Pinto Correia, OLIVEIRA, Rosário (coord.). Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental. Volume V. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2004.

Joaquim Romero Magalhães, "O Algarve económico. 1600-1773". Lisboa: Estampa, 1993

RIBEIRO, Orlando Ribeiro. Geografia e civilização – Temas Portugueses. 3ª ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1992.

SANTOS, Mariana Amélia Machado. O Barranco do Velho - tentativa de estudo duma pequena região portuguesa. Separata da Revista Biblos. Coimbra: Coimbra Editora. Volume VIII. Nº 1-4, 1932.

RIBEIRO, Orlando Ribeiro. Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico. Esboço de relações geográficas. 7ª ed. Lisboa: Sá da Costa, 1998.

BASTOS, Cristiana. Os montes do Nordeste Algarvio. Lisboa: Cosmos, 1993.

AMARAL, Francisco Keil, [et al.]. Arquitectura Popular em Portugal. Lisboa: Sindicato Nacional dos Arquitectos, 1961, vol. 2.

STANISLAWSKI, Dan. Portugal's other kingdom: The Algarve. Texas: University of Texas Press, 1963.

OLIVEIRA, Ernesto Veiga, GALHANO, Fernando. Arquitectura tradicional portuguesa. Lisboa: Dom Quixote, 1994.

GUERREIRO, Manuel Viegas. Uma excursão à serra do Algarve. Loulé: Câmara Municipal de Loulé, 1991.

CALDAS, João Vieira. A arquitectura rural do Antigo Regime no Algarve. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa, 2007. Dissertação para a obtenção do grau de doutor em Arquitectura.

COSTA, Miguel Reimão. Das casas de trave às casas de espigão: processos de transformação dos montes da serra do Caldeirão. Promontoria. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve. Nº 5, 2007.

LOURO, Estanco. O livro de Alportel: monografia de uma freguesia rural – concelho. 3º ed. São Brás de Alportel: Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 1996.

ANICA, Arnaldo Casimiro. Tavira e o seu termo – Memorando histórico. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 1993.

LOPES, João Baptista da Silva. Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do reino do Algarve, [1841]. Faro: Algarve em Foco, 1988.

Junta de Colonização Interna, Ministério da Economia. Plano geral de aproveitamento dos baldios reservados (volume IV): Distritos da Guarda, Évora e Faro. Lisboa: Junta de Colonização Interna, 1941.



CRÉDITOS



Lúcio Alves

págs. 8, 12, 45, 83, 87, 142, 167, 262

Imagens cedidas por ANTT - Fundo SNI

págs. 10, 85 (esq.), 86, 89, 92, 95, 143 (dir.), 239, 240 (cima)

Imagens cedidas por ANTT - FLAMA

pág. 143 (esq.)

Nerve Atelier de Design

págs. 14, 106, 109, 114, 115, 117, 150, 154, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 199, 209, 211, 212, 213, 214, 218, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 245, 248, 259, 260

Margarida Santos

págs. 18, 25, 85 (dir.), 137

Imagem cedida por Tipografia Tavirense

pág. 20 (esq.)

Alberto Corvo

págs. 20 (dir.), 21, 23, 24, 26, 27, 29, 31, 32, 33, 107, 164, 165, 166, 178, 179

Jorge Corte Real

pág. 22

Biblioteca Nacional Rabat - Marrocos

págs. 36, 163

Marta Santos

págs. 41, 71, 81, 146, 156, 168, 169, 174, 176, 177, 184, 200, 201, 202, 210, 215, 216, 217, 220, 224, 242, 244, 250, 251, 252, 253, 254, 256, 257

Fatima Zahara

págs. 43, 44, 46, 47

Instituto Geográfico Português

págs. 50, 100 (dir. baixo), 180

João Vieira Caldas
págs. 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 170, 171

Miguel Reimão da Costa
págs. 65, 67, 69, 70, 73, 75, 76 (cima), 77, 78, 79

Stefano Malobbia
págs. 74, 172, 247, 249, 258, 270

GTAA Sotavento
pág. 76 (baixo)

Ministério da Agricultura
pág. 84

ERTA
págs. 90, 93, 144, 145, 175, 236, 237, 238, 240 (baixo)

Biblioteca Nacional de Portugal
págs. 98, 99, 100 (esq.)

Sociedade de Geografia de Lisboa
págs. 100 (dir. cima), 204

Arquivo Digital de Cartografia Urbana, ISCTEC
(<http://cartografiaurbana.ceurban.com>)
págs. 101, 110

Jornal Litterario e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos
Conhecimentos Úteis "O Panorama". Volume 2ª série, Lisboa, 1843.
pág. 102

Arquivo Municipal de Tavira
págs. 103, 104, 105 (esq.)

Rita Manteigas
pág. 105 (dir.)

Catarina Almeida Marado
págs. 108, 116

Câmara Municipal de Tavira
págs. 111, 123, 127, 132, 133, 138, 183, 233, 243

Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa
pág. 113

Rancho Folclórico da Luz de Tavira
pág. 120

Museu do Trajo de São Brás de Alportel
pág. 122

Enciclopédia da Música de Portugal no séc. XX
pág. 126

Imagem cedida por Maria Rosário Afonso Cavaco
pág. 130

Imagem cedida por Ana Cristina Jesus Cruz
pág. 131

Valter Matias
págs. 149, 241

Imagem cedida por Maria Manuela Andrade Martins
pág. 135

Florian Fuhrmann
pág. 156 (cima)

Jorge Murteira
pág. 192

Ângela Zacarias
págs. 234, 235, 255

tavira
vive cultura



ALGARVE 21
PROGRAMA OPERACIONAL



**UNIÃO EUROPEIA
FEDER**